

EDITORIAL

O diferencial da Agroecologia frente às mudanças climáticas e aos desafios da COP 30

The distinctive advantage of Agroecology in the face of climate change and the challenges of COP 30

La ventaja distintiva de la Agroecología frente al cambio climático y los desafíos de la COP 30

A Agroecologia, como ciência transdisciplinar, prática social e movimento político que se vale de disciplinas híbridas e de processos de coprodução de conhecimento para o exercício integrado de suas dimensões ecológica; técnico produtiva; social; cultural; econômica - de desenvolvimento local; política; e de transformação social — tendo a dimensão ética como um componente relevante e transversal às demais —, é capaz de atuar em escalas espaciais que vão desde de a menor parcela de produção agrícola até atingir o globo como um todo, lançando mão de estratégias de transição que buscam alcançar patamares cada vez maiores de sustentabilidade ambiental, social, econômica e política.

Os resultados promissores da aplicação da abordagem agroecológica em situações complexas de impactos socioambientais variados, de eventos climáticos extremos e de mudanças climáticas evidentes em territórios — aparentemente relacionados à sua contribuição à resiliência socioecológica frente aos impactos vivenciados —, vêm despertando interesse para que a Agroecologia participe da lista de abordagens a serem recomendadas para encarar parte dos complexos desafios impostos pelas mudanças climáticas, bem como do seu recrudescimento acelerado. Sendo assim, é importante, às vésperas da realização da COP 30 na Amazônia Brasileira, que a ABA Agroecologia dedique um número especial da Revista Brasileira de Agroecologia a interpretar e apresentar exemplos que demonstram a importância da Agroecologia para o alcance de desafios a serem tratados na COP 30.

Os principais resultados advindos da 62ª Sessão Bianual dos Órgãos Subsidiários da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) (SB62), realizada em junho de 2025, em preparação para a COP 30, apontam um conjunto de

itens que podem ser beneficiados por meio da adoção de estratégias agroecológicas, entre os quais: adaptação, financiamento climático, transição justa, perdas e danos, e mitigação.

Reuniões preparatórias para a COP 30 realizadas por representantes de diferentes segmentos vêm apontando aspectos que podem apontar benefícios na adoção de abordagens agroecológicas.

Assim, em junho de 2025, a Declaração da Cúpula Brasil - Caribe Sobre Mudanças Climáticas e a COP 30, propõe intensificar os esforços para construir resiliência por meio de planos de adaptação significativos, colocando a adaptação no centro da ação climática nesta década crítica, bem como salientar a demanda por financiamento adequado, iniciativas robustas de capacitação e a transferência de tecnologia como elementos essenciais para viabilizar a ação climática e capacitar todos os países em suas respostas, e sua capacidade de resiliência, frente às mudanças do clima.

Na mesma linha, ainda em junho de 2025, a Declaração Política dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica e de Todos os Biomas do Brasil para a COP 30 (Coiab, 2025) expressa, em vários de seus tópicos, situações, demandas e proposições que certamente serão beneficiadas pela adoção integrada de instrumentos relacionados às diferentes dimensões da Agroecologia, com abordagens de transição, possibilitando avanços que contribuam à incidência política, em temas que vinculam as consequências das mudanças climáticas, agravadas por uma ampla gama de impactos socioambientais que vêm afetando esses povos em questões cruciais, tais como segurança e soberania alimentar e nutricional, saúde coletiva e gestão de bens comuns.

As cartas que vêm sendo divulgadas pela Presidência da COP 30 vêm, gradativamente, revelando espaços importantes de contribuição da Agroecologia em relação ao avanço das ações planejadas para ocorrerem até 2035.

Na 1ª Carta, divulgada no dia 19 de março de 2025 (Brasil, 2025a), fica evidente que o realismo climático já vivenciado impõe que a adaptação esteja na vanguarda e no centro de tudo o que for feito, englobando os governos, o setor privado, os membros do setor privado e os indivíduos. Essa inflexão, sobre a ideia de que o conceito de adaptação

deve caracterizar a COP 30, será uma porta de entrada para alinhar o esforço multilateral com as múltiplas realidades das pessoas.

A 2ª carta, divulgada no dia 8 de maio de 2025 (Brasil, 2025b), expressa um convite à ação coletiva e à mobilização de todos os setores para enfrentar a crise climática via um “mutirão global” para incentivar mais ações e ambições climáticas. Tal ideia tem inspiração em ações reais que ocorrem em territórios. A carta também apresenta os chamados “Círculos de Liderança” em quatro pilares da conferência, visando ampliar a consciência global por meio de diálogos inclusivos entre lideranças políticas, acadêmicas, culturais, religiosas e comunitárias. Esses espaços devem reconhecer e empoderar as contribuições de povos indígenas, comunidades tradicionais, grupos afrodescendentes, jovens, mulheres, entre outros, cujas perspectivas críticas são essenciais para soluções locais e internacionais mais justas e eficazes.

Já a 3ª carta, divulgada no dia 23 de maio de 2025 (Brasil, 2025c), sugere a aceleração da ação climática por meio de medidas que sejam mais rápidas e eficazes para combater as mudanças climáticas, com foco no aumento da capacidade global em energias renováveis e na melhoria da eficiência. Ademais, reforça a importância de focar na adaptação às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que explicita o papel da justiça social, destacando a necessidade de que seja feita uma transição justa, com atenção à proteção social e à requalificação profissional, como eixos transversais.

A 4ª carta, divulgada no dia 20 de junho de 2025 (Brasil, 2025c), propõe que a Agenda de Ação da COP 30 seja moldada como um “celeiro de soluções” — um repositório de iniciativas concretas que conectam a ambição climática com oportunidades de desenvolvimento em investimentos, inovação, finanças, tecnologia e capacitação —, centrada em seis eixos temáticos que abrangem a mitigação, a adaptação e os meios de implementação: (i) Transição nos Setores de Energia, Indústria e Transporte; (ii) Gestão Sustentável de Florestas, Oceanos e Biodiversidade; (iii) Transformação da Agricultura e Sistemas Alimentares; (iv) Construção de Resiliência em Cidades, Infraestrutura e Água; (v) Promoção do Desenvolvimento Humano e Social; e, finalmente, o eixo transversal, (vi) Catalisadores e Aceleradores, incluindo Financiamento, Tecnologia e Capacitação, compostos de trinta objetivos-chave para a COP 30. A implementação de

iniciativas sob a Agenda de Ação deve ser concebida com flexibilidade e adaptabilidade a diferentes contextos geográficos, econômicos e sociais.

Em agosto de 2025 a presidência da COP30 emitiu mais três cartas. A 5ª carta, de 12 de agosto (Brasil, 2025e), focou em temas estreitamente associados às dimensões social, cultural e política da Agroecologia, já que destaca a necessidade de as populações mais vulneráveis e afetadas pela crise climática serem reconhecidas como protagonistas e portadoras de soluções, não apenas vítimas, e defende um compromisso com os direitos humanos, a justiça climática e a ação coletiva para construir um futuro mais resiliente e sustentável. Dia 19 de agosto foi emitida a 6ª carta (Brasil, 2025f), que foca na transição de compromissos para a implementação de ações climáticas concretas, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de abordar questões como financiamento, sinergias entre clima e biodiversidade, e a importância do papel dos povos indígenas, convidando as partes para consultas que antecederão a COP30 em Belém. Já a 7ª carta, de 29 de agosto de 2025 (Brasil, 2025g), embora destaque a participação do setor privado para apressar a transição energética, contempla princípios relacionados à justiça social e aos direitos humanos, apontando que a ação climática deve priorizar as necessidades das pessoas e o enfrentamento das desigualdades estruturais e da pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos. Também reforça a cooperação global e o multilateralismo, considerando que a crise climática exige união o fortalecimento dos atuais elos mais fracos, em contraste com políticas unilaterais.

A adoção de estratégias agroecológicas relacionadas às dimensões ecológica; técnico produtiva; social; cultural; econômica e política da Agroecologia, tem o potencial de contribuir à agilização e adequação dos processos demandados por grande parte das proposições expressas no conjunto de cartas já emitidas pela Presidência da COP 30.

É um momento ímpar de valorizar e de usufruir do conhecimento agroecológico acumulado nas últimas décadas no Brasil, e na América Latina, bem como de fortalecer os avanços alcançados, em particular, pela retomada, no Brasil, da Política Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica (Pnapo), e seu respectivo Plano (Planapo), junto do crescente número de políticas e planos estaduais de Agroecologia e de produção orgânica já vigentes ou em vias de concretização.

As realidades relacionadas à mudança e à justiça climática vigentes nos diferentes biomas brasileiros merecem ser abordadas a partir da perspectiva agroecológica, levando em conta o que vem sendo expresso pela Presidência da COP 30, abrindo novos horizontes à aplicação mais expressiva de processos de transição agroecológica capazes de contribuir concretamente para o enfrentamento à crise e à emergência climática, como é o caso de transições agroecológicas sociais (Calle Collado e Álvarez Vispo, 2024) e das abordagens participativas para transições agroecológicas territoriais (López-García *et al.*, 2025).

Tatiana Deane de Abreu Sá

Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Doutora em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4286-0012> , e-mail: tdas33x5@gmail.com

REFERÊNCIAS

BRASIL. Primeira Carta do Presidente da COP30 Embaixador André Corrêa do Lago, Brasília, DF, março de 2025 (a). <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/carta-da-presidencia-brasileira>

_____. Segunda Carta da Presidência Brasileira, Brasília, DF, maio de 2025 (b). Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/segunda-carta-da-presidencia-brasileira>.

_____. Terceira Carta da Presidência Brasileira, Brasília, DF, maio de 2025 (c). Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/terceira-carta-da-presidencia-brasileira>.

_____. Quarta Carta da Presidência Brasileira, Brasília, DF, junho de 2025 (d). Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/quarta-carta-da-presidencia-brasileira>.

_____. Quinta Carta da Presidência Brasileira, Brasília, DF, agosto de 2025 (e). Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/quinta-carta-da-presidencia-brasileira>.

_____. Sexta Carta da Presidência Brasileira, Brasília, DF, agosto de 2025 (f). Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/sexta-carta-da-presidencia-brasileira>.

_____. Sétima Carta da Presidência Brasileira, Brasília, DF, agosto de 2025 (g). Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/setima-carta-da-presidencia-brasileira>.

CALLE COLLADO, Ángel; ÁLVAREZ VISPO, Isabel Territorios que alimentan - Agroecología en 3C frente a sistemas alimentarios rotos. Icaria, Barcelona, 2024.

COIAB. Declaração Política dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica e de todos os Biomas do Brasil para a COP30, Pré-COP. Brasília, junho de 2025.

LÓPEZ-GARCÍA, Daniel *et al.*. What is transformative in participatory approaches to territorial agroecological transitions? A systematization of Five case studies in Spain. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 49, n. 7, p. 1177-1215, 2025.